



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

— Instituído pela Lei Nº 4.294, de 6 de dezembro de 2023 —

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
ESTADO DO TOCANTINS
PALÁCIO DEPUTADO JOÃO D'ABREU

10ª LEGISLATURA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA

PALMAS/TO, QUINTA-FEIRA, 16 DE MAIO DE 2024.

ANO XXXIV - EDIÇÃO Nº **3792**



Deputados(as) 10ª Legislatura



Mesa Diretora



Comissões

Sumário

Esta edição contém 09 Páginas

ATOS LEGISLATIVOS	2
ATAS DAS SESSÕES PLENÁRIAS.....	2
ATOS ADMINISTRATIVOS	6
DECRETOS ADMINISTRATIVOS.....	6
PORTARIAS DA PRESIDÊNCIA.....	8
PORTARIAS DA DIRETORIA-GERAL.....	8
DEMAIS ATOS ADMINISTRATIVOS.....	9

DIRETORIA DE ÁREA LEGISLATIVA
Diretoria de Documentação e Informação
Coordenadoria de Publicações Oficiais

Palácio Deputado João D'Abreu
Praça dos Girassóis - CEP 77003-905
Palmas - TO

Autenticidade da edição garantida quando
visualizada diretamente no portal
<https://www.al.to.leg.br/diario>

ATOS LEGISLATIVOS

Atas das Sessões Plenárias

10ª Legislatura, 2ª Sessão Legislativa
9 de abril de 2024

Ata da Centésima Sexagésima Sétima Sessão Ordinária

Às quinze horas do dia nove do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Vilmar de Oliveira que, por falta de quórum, em Plenário, deixou de abrir a Sessão, transferindo a Ordem do Dia para a Sessão subsequente, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Registraram a presença os Senhores Deputados Eduardo do Dertins, Eduardo Mantoan, Fabion Gomes, Gipão, Gutierrez Torquato, Jorge Frederico, Luciano Oliveira, Marcus Marcelo, Moisesmar Marinho, Professor Júnior Geo, Wiston Gomes e a Senhora Deputada Professora Janad Valcari. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário *Presidente* *2º Secretário*

10ª Legislatura, 2ª Sessão Legislativa
17 de abril de 2024

Ata da Centésima Septuagésima Primeira Sessão Ordinária

Às nove horas do dia dezessete do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Amélio Cayres, secretariado pelo Senhor Deputado Vilmar de Oliveira, Primeiro-Secretário e pela Senhora Deputada Professora Janad Valcari, Segunda-Secretária. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocaninense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Eduardo Fortes, Eduardo Mantoan, Gipão, Gutierrez Torquato, Jair Farias, Léo Barbosa, Luciano Oliveira, Marcus Marcelo, Moisesmar Marinho, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Wiston Gomes e das Senhoras Deputadas Claudia Lelis e Professora Janad Valcari. Estavam ausentes os Senhores Deputados Fabion Gomes, Ivory de Lira, Jorge Frederico, Nilton Franco e a Senhora Deputada Vanda Monteiro. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu as Atas das Sessões anteriores à apreciação do Plenário, as quais foram aprovadas. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Projeto de Lei número 704/2024, de autoria do Senhor Deputado Luciano Oliveira, que “institui a Política Estadual de Incentivo à Apicultura, no âmbito do Estado do Tocantins”; Projeto de Lei número 705/2024, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que “institui o documento de identidade funcional em formato digital para policiais militares, policiais civis e demais agentes de segurança pública do Estado do Tocantins”; Ofício oriundo da Secretaria Estadual da Secretaria das Cidades, Habitação e Desenvolvimento Regional, em resposta a Requerimento de autoria da Senhora Deputada Claudia Lelis; Ofício oriundo da Secretaria de Estado da Cultura, em resposta a Requerimento de autoria do Senhor Deputado Eduardo Mantoan; Ofício oriundo da Secretaria da

Saúde, em resposta a Requerimento de autoria da Senhora Deputada Claudia Lelis; Ofício oriundo da Secretaria da Indústria, Comércio e Serviços, em resposta a Requerimento de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro; Ofício oriundo da Secretaria de Estado da Saúde, comunicando a liberação de recursos financeiros a convênios com recursos oriundos das emendas parlamentares; e Ofício oriundo da Secretaria de Estado da Educação, comunicando a celebração de Acordo de Cooperação com a instituição Um Minuto Produções Culturais. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Projetos de Lei que receberam os números 706/2024, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Fortes; 707/2024, de autoria da Senhora Deputada Claudia Lelis; 708 e 709/2024, de autoria do Senhor Deputado Marcus Marcelo; 710, 711, 712, 713, 714, 715, 716, 717 e 718/2024, de autoria do Senhor Deputado Gipão; 719 e 720/2024, de autoria do Senhor Deputado Gutierrez Torquato; 721 e 722/2024, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Mantoan; 723/2024, de autoria do Senhor Deputado Amélio Cayres; 724/2024, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo; e os Requerimentos que receberam os números 324 a 351. Logo após, foram aprovadas as urgências dos Projetos de Lei que receberam os números 703/2024, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Fortes; 691, 692 e 724/2024, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo; 707/2024, de autoria da Senhora Deputada Claudia Lelis; 710 e 711/2024, de autoria do Senhor Deputado Jair Farias; e dos Requerimentos que receberam os números 306 e 350, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo; 349, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Mantoan; 344 e 345, de autoria do Senhor Deputado Jair Farias; 276/2024, de autoria do Senhor Deputado Marcus Marcelo; 336, 337, 338 e 339, de autoria da Senhora Deputada Claudia Lelis; 278, de autoria do Senhor Deputado Amélio Cayres; 271 e 272, de autoria do Senhor Deputado Nilton Franco; 295, 296, 297, 298, 299, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Cardoso; 300, 301 e 302, de autoria do Senhor Deputado Gutierrez Torquato; 256, 257, 302, 304 e 273, de autoria do Senhor Deputado Luciano Oliveira; 311, 310, 306, 305, 281, 282, 283, 284, 285, 286 e 287, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro; 291, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior; e 217, 218, 219, 220, 221, 222 e 223, de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à Ordem do Dia. Foi anunciada, em turno único de discussão e votação, a Mensagem Veto número 2/2024, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “veta parcialmente o Autógrafo de Lei número 185, de 18 de dezembro de 2023, que dispõe sobre a afixação de cartazes alertando sobre o crime de importunação sexual e dá outras providências, originário do Projeto de Lei número 233/2023, de autoria do Senhor Deputado Gipão”, a qual votada, secretamente, foi aprovada com quinze votos sim e dois votos não, perfazendo um total de dezessete votantes, fica mantido o Veto Parcial e encaminhada à Secretaria para comunicar à Autoridade competente. Foi anunciada, em turno único de discussão e votação, a Mensagem Veto número 3/2024, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “veta integralmente o Autógrafo de Lei número 180, de 18 de dezembro de 2023, que altera a Lei número 2.669, de 19 de dezembro de 2012”, originário do Projeto de Lei número 143/2023, de autoria da Senhora Deputada Claudia Lelis, a qual votada, secretamente, foi aprovada com dezesseis votos sim, um voto não, perfazendo um total de dezessete votantes, fica mantido o Veto Integral e encaminhado à Secretaria para comunicar à Autoridade competente. Foi anunciada, em turno único de discussão e votação, a Mensagem Veto número 4/2024, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “veta integralmente o Autógrafo de Lei número 191, de 18 de dezembro de 2023, que suspende a aplicação do regime de substituição tributária na forma em que menciona”, originário do Projeto de Lei número 302/2023, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, a qual votada, secretamente, foi aprovada com dezesseis votos sim e um voto não, perfazendo um

total de dezessete votantes, fica mantido o Veto Integral e encaminhado à Secretaria para comunicar à Autoridade competente. Foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 118/2023, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “dispõe sobre a reserva de vagas em estabelecimento de shoppings centers, estabelecimento público e privados para pessoas com Transtorno do Espectro Autista -TEA e adota outras providências”; 219/2023, de autoria do Senhor Deputado Amélio Cayres, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Músicos Araguatinenses - AMA, com sede no município de Araguatins-TO”; 283/2023, de autoria do Senhor Deputado Nilton Franco, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Servidores da Secretaria da Fazenda - Assefa, com sede no município de Palmas-TO”; 300/2023, de autoria do Senhor Deputado Amélio Cayres, que “institui a Política Estadual de Cultura da Leitura e da Escrita, no âmbito do Estado do Tocantins e dá outras providências”; 356/2023, de autoria do Senhor Deputado Wiston Gomes, que “institui a Política Estadual de Educação Financeira nas escolas estaduais e dá outras providências”; 362/2023, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Cardoso, que “institui a Política Estadual da Economia Social”; 486/2023, de autoria do Senhor Deputado Gutierrez Torquato, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Astuta - Associação do Transporte Universitário de Taguatinga”; e 585/2023, de autoria do Senhor Deputado Ivory de Lira, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Ciclismo do município de Miracema do Tocantins”, os quais votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Foi anunciado, em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 298/2023, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Fortes, que “denomina Governador José Wilson Siqueira Campos, a ponte sobre o Lago de Palmas”, o qual votado, foi aprovado e encaminhado à Secretaria para extração de autógrafo. Foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números: 315, 316, 232, 233, 166, 185, 146, 147, 148, 149, 150, 183, 184, 240, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 132, 133, 134, 135, 205, 241, 242, 178, 179, 203, 204, 237, 238 e 239, os quais votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às onze horas e trinta e um minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário *Presidente* *2º Secretário*

10ª Legislatura, 2ª Sessão Legislativa 17 de abril de 2024

Ata da Centésima Septuagésima Segunda Sessão Ordinária

Às quinze horas do dia dezesseis do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Professor Júnior Geo que, por falta de quórum, em Plenário, deixou de abrir a Sessão, transferindo a Ordem do Dia para a Sessão subsequente, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Registraram a presença os Senhores Deputados Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Gipão, Gutierrez Torquato, Luciano Oliveira, Marcus Marcelo, Moiseimar Marinho, Olyntho Neto, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira e as Senhoras Deputadas Claudia Lelis e Professora Janad Valcari. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário *Presidente* *2º Secretário*

10ª Legislatura, 2ª Sessão Legislativa

23 de abril de 2024

Ata da Centésima Septuagésima Terceira Sessão Ordinária

Às nove horas do dia vinte e três do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Amélio Cayres, secretariado pela Senhora Deputada Janad Valcari, Primeira-Secretária e pelo Senhor Deputado Ivory de Lira, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Cleiton Cardoso, Fabion Gomes, Gipão, Gutierrez Torquato, Ivory de Lira, Jair Farias, Léo Barbosa, Luciano Oliveira, Nilton Franco, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Vilmar de Oliveira, Wiston Gomes e das Senhoras Deputadas Claudia Lelis, Vanda Monteiro e Professora Janad Valcari. Estavam ausentes os Senhores Deputados Eduardo do Dertins, Eduardo Fortes, Eduardo Mantoan, Jorge Frederico, Marcus Marcelo, Moiseimar Marinho e Valdemar Júnior. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu a Ata da Sessão anterior à apreciação do Plenário, a qual foi aprovada. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Mensagem número 9/2024, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 9, de 17 de abril de 2024, que “altera a Lei número 2.578, de 20 de abril de 2012, a Lei número 2.575, de 20 de abril de 2012, e a Lei número 2.665, de 18 de dezembro de 2012, e adota outras providências”; Mensagem número 20/2024, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando o Projeto de Lei número 5, de 17 de abril de 2024, que “autoriza o Poder Executivo Estadual a permutar o lote de terra para construção urbana que especifica, e adota outras providências”; Mensagem número 22/2024, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 10, de 18 de abril de 2024, que “altera a Lei número 3.421, de 8 de março de 2019, que dispõe sobre a organização da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual, e adota outras providências”; Projeto de Lei número 706/2024, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Fortes, que “dispõe sobre a realização de feiras de adoção de animais (Pets), em eventos declarados oficiais pelo Estado do Tocantins, conforme especifica, e dá outras providências”; Projeto de Lei número 708/2024, de autoria do Senhor Deputado Marcus Marcelo, que “obriga a inserção nos sites do Poder Executivo do Estado do Tocantins de guia informativo sobre serviços públicos da rede de atendimento à mulheres em situação de violência, as medidas de enfrentamento a essas violências e dá outras providências”; Projeto de Lei número 709/2024, de autoria do Senhor Deputado Marcus Marcelo, que “denomina Hospital Regional Dr. João Lopes Machado, o Hospital Regional de Xambioá”; Projeto de Lei número 712/2024, de autoria do Senhor Deputado Gipão, que “concede Título de Cidadão Benemérito Senador João Ribeiro a Robson Correa”; Projeto de Lei número 713/2024, de autoria do Senhor Deputado Gipão, que “concede o Título de Cidadão Benemérito Senador João Ribeiro a Zacarias Alves da Silva”; Projeto de Lei número 14/2024, de autoria do Senhor Deputado Gipão, que “concede o Título de Cidadão Benemérito Senador João Ribeiro a Gláucio Luciano Coraiola”; Projeto de Lei número 715/2024, de autoria do Senhor Deputado Gipão, que “concede o Título de Cidadão Benemérito Senador João Ribeiro a Edivan Bezerra Martins”; Projeto de Lei número 716/2024, de autoria do Senhor Deputado Gipão, que “concede o Título de Cidadão Benemérito Senador João Ribeiro a Francisco Lemos de Sousa”; Projeto de Lei número 717/2024, de autoria do Senhor Deputado Gipão, que “concede o Título de Cidadão Benemérito Senador João Ribeiro a Benedito Moreira Primo”; Projeto de Lei número 718/2024, de autoria do Senhor Deputado Gipão, que “concede o Título de Cidadão Benemérito Senador João Ribeiro a Carlos Roberto Lopes”; Projeto de Lei número 719/2024, de autoria do Senhor Deputado Gutierrez Torquato, que “fica instituído o Programa de Incentivo à Produção Leiteira Sustentável no Estado do Tocantins, com o objetivo de promover o

desenvolvimento e a sustentabilidade da cadeia produtiva de lácteos”; Projeto de Lei número 720/2024, de autoria do Senhor Deputado Gutierrez Torquato, que “institui no Estado do Tocantins, o Dia Estadual da Mulher na Política, e dá outras providências”; Projeto de Lei número 721/2024, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Mantoan, que “altera o nome da Escola Estadual Rio Sono, para Escola Estadual Professora Aldeny de Castro Alexandre, no município de Rio Sono, Tocantins”; Projeto de Lei número 722/2024, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Mantoan, que “estabelece o protocolo de segurança de prevenção, coibição e identificação de atos que atentem contra a intimidade, integridade e dignidade da mulher nos locais que especifica, no âmbito do Estado do Tocantins, e revoga a Lei número 3.709, de 28 de julho de 2020”; Projeto de Lei número 723/2024, de autoria do Senhor Deputado Amélio Cayres, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Escola Paroquial São Vicente de Paulo”; e Projeto de Lei número 725/2024, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “altera a Lei número 4.240, de 1º de novembro de 2023, que dispõe sobre custas judiciais e adota outras providências”. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Projetos de Lei que receberam os números 726/2024, de autoria do Senhor Deputado Gipão; 727, 728 e 729/2024, de autoria do Senhor Deputado Gutierrez Torquato; 730/2024, de autoria do Senhor Deputado Nilton Franco; e os Requerimentos que receberam os números 354 a 373. Logo após, foram aprovadas as urgências dos Requerimentos que receberam os números 358, 359, 360 e 361, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro. Em seguida, o Senhor Presidente determinou que se fizesse a Verificação de Quórum. Estavam presentes os Senhores Deputados Luciano Oliveira, Jair Farias, Cleiton Cardoso, Vilmar de Oliveira, Gipão, Ivory de Lira, Amélio Cayres, Léo Barbosa, Fabion Gomes, Wiston Gomes, Nilton Franco Professor Júnior Geo, Gutierrez Torquato e as Senhoras Deputadas Claudia Lelis e Professora Janad Valcari. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à Ordem do Dia. Foi anunciado, em turno único de discussão e votação, o Recurso ao Plenário referente ao Projeto de Lei número 580/2023, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior, que “requer, nos termos do § 1º do art. 73-A do Regimento Interno desta Casa de Leis, a apreciação pelo Plenário de parecer exarado e aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que determinou o arquivamento do Projeto de Lei número 580/2023, de sua autoria, que dispõe sobre a estadualização da estrada vicinal, que liga o Município de Conceição do Tocantins - TO, ao entroncamento da TO - 387”, o qual, foi adiada a votação, por solicitação do Vice-Presidente Senhor Deputado Ivory de Lira. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 579/2021, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “dispõe sobre a denominação do Hospital Geral de Gurupi - HGG, no município de Gurupi - Tocantins”, o qual votado, foi rejeitado, com os votos de abstenção dos Senhores Deputados Ivory de Lira e Léo Barbosa, e encaminhado ao Arquivo. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 18/2023, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “dispõe sobre a vedação da concessão de benefícios fiscais às pessoas físicas ou jurídicas condenadas por corrupção ou ato de improbidade administrativa”, o qual votado, foi rejeitado e encaminhado ao Arquivo. Foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 741/2022, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “dispõe sobre o direito das mães amamentarem seus filhos de até seis meses de idade durante a realização de concursos públicos na administração pública direta e indireta no Estado do Tocantins”; 241/2023, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “institui os princípios e diretrizes de prevenção e enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente no âmbito do Estado do Tocantins”; 246/2023, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, com apensamento do Projeto de Lei número 421/2023, co-autoria do Senhor Deputado Jair Farias, que “proíbe as operadoras privadas de planos de saúde de suspenderem ou cancelarem, sem justa causa e sem prévio aviso, o fornecimento de seus serviços a consumidores com Transtorno do Espectro Autista (TEA), e dá outras

providências”; 260/2023, de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari, que “institui o Dia Estadual de Valorização dos Profissionais da Saúde”; os quais votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Resolução número 15/2023, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que “altera o art. 1º da Resolução número 362/2022, que “dispõe sobre a Sessão Solene para comemorar a data oficial de fundação do Grande Oriente do Brasil no Tocantins”, o qual votado, foi aprovado e encaminhado à segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados, em segunda fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 118/2023, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “dispõe sobre a reserva de vagas em estabelecimento de shoppings centers, estabelecimentos públicos e privados para pessoas com Transtorno do Espectro Autista -TEA e adota outras providências”; 219/2023, de autoria do Senhor Deputado Amélio Cayres, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Músicos Araguatinenses - AMA, com sede no município de Araguatins-TO”; 283/2023, de autoria do Senhor Deputado Nilton Franco, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Servidores da Secretaria da Fazenda - Assefa, com sede no município de Palmas-TO”; 300/2023, de autoria do Senhor Deputado Amélio Cayres, que “institui a Política Estadual de Cultura da Leitura e da Escrita, no âmbito do Estado do Tocantins e dá outras providências”; 356/2023, de autoria do Senhor Deputado Wiston Gomes, que “institui a Política Estadual de Educação Financeira nas escolas estaduais e dá outras providências”; 362/2023, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Cardoso, que “institui a Política Estadual da Economia Social”; 486/2023, de autoria do Senhor Deputado Gutierrez Torquato, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Astuta - Associação do Transporte Universitário de Taguatinga”; e 585/2023, de autoria do Senhor Deputado Ivory de Lira, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Ciclismo do município de Miracema do Tocantins”, os quais votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para extração de autógrafa. Foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números: 278, 663, 337, 338, 339, 295, 296, 297, 298, 299, 349, 300, 301, 302, 344, 345, 256, 257, 273, 303, 304, 326, 276, 271, 272, 306, 350, 352, 291, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 305, 310, 311, 343, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, os quais votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às onze horas e trinta e quatro minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário *Presidente* *2º Secretário*

**10ª Legislatura, 2ª Sessão Legislativa
23 de abril de 2024**

Ata da Centésima Septuagésima Quarta Sessão Ordinária

Às quinze horas do dia vinte e três do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Gutierrez Torquato que, por falta de quórum, em Plenário, deixou de abrir a Sessão, transferindo a Ordem do Dia para a Sessão subsequente, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Registraram a presença os Senhores Deputados Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Eduardo Mantoan, Fabion Gomes, Gipão, Luciano Oliveira, Nilton Franco, Olyntho Neto, Valdemar Júnior, Wiston Gomes e as Senhoras Deputadas Claudia Lelis, Professora Janad Valcari e Vanda Monteiro. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário *Presidente* *2º Secretário*

**10ª Legislatura, 2ª Sessão Legislativa
28 de fevereiro de 2024**

Ata da Vigésima Primeira Sessão Extraordinária

Às onze horas e vinte e seis minutos do dia vinte e oito do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Extraordinária, presidida pelo Senhor Deputado Amélio Cayres, secretariado pelos Senhores Deputados Vilmar de Oliveira, Primeiro-Secretário e Marcus Marcelo, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocaninense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Eduardo Fortes, Eduardo Mantoan, Fabion Gomes, Gipão, Gutierrez Torquato, Jorge Frederico, Léo Barbosa, Luciano Oliveira, Marcus Marcelo, Moiseimar Marinho, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Vilmar de Oliveira, Wiston Gomes e da Senhora Deputada Vanda Monteiro. Estavam ausentes os Senhores Deputados Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Ivory de Lira, Jair Farias, Nilton Franco, Valdemar Júnior e as Senhoras Deputadas Cláudia Lelis e Professora Janad Valcari. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu a Ata da Sessão anterior à apreciação do Plenário, a qual foi aprovada. Não havendo Expedientes a serem lidos, passou-se à Apresentação de Matérias. Foram entregues os Projetos de Lei que receberam os números 650/2024, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Mantoan; 651/2024, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico; e os Requerimentos que receberam os números 152 a 161. Em seguida, foram aprovadas as urgências dos Requerimentos que receberam os números: 157, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Mantoan; 152 e 153, de autoria do Senhor Deputado Gutierrez Torquato; 155, de autoria do Senhor Deputado Luciano Oliveira; 158 e 159, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à deliberação da Ordem do Dia. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 543/2023, de autoria do Senhor Deputado Amélio Cayres, que “declara de Utilidade Pública da Rotary Club de Augustinópolis”, o qual votado, foi aprovado e encaminhado à segunda fase de discussão e votação. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às onze horas e quarenta e seis minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de um minuto. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário *Presidente* *2º Secretário*

**10ª Legislatura, 2ª Sessão Legislativa
28 de fevereiro de 2024**

Ata da Vigésima Segunda Sessão Extraordinária

Às onze horas e quarenta e sete minutos do dia vinte e oito do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Extraordinária, presidida pelo Senhor Deputado Amélio Cayres, secretariado pelos Senhores Deputados Vilmar de Oliveira, Primeiro-Secretário e Marcus Marcelo, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocaninense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Eduardo Fortes, Eduardo Mantoan, Fabion Gomes, Gipão, Gutierrez Torquato, Jorge Frederico, Léo Barbosa, Luciano Oliveira, Marcus Marcelo, Moiseimar Marinho, Olyntho Neto, Vilmar de Oliveira, Wiston Gomes e da Senhora Deputada Vanda Monteiro. Estavam ausentes os Senhores Deputados Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Ivory de Lira, Jair Farias, Nilton Franco, Professor Júnior Geo, Valdemar Júnior e as Senhoras Deputadas Cláudia Lelis e Professora Janad Valcari. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, nos termos do art. 26,

inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu a Ata da Sessão anterior à apreciação do Plenário, a qual foi aprovada. Não havendo Expedientes a serem lidos, passou-se à Apresentação de Matérias. Foram entregues os Requerimentos que receberam os números 162 a 164. No horário destinado às Comunicações, usou a tribuna o Senhor Deputado Moiseimar Marinho. Na deliberação da Ordem do Dia, foi anunciado, em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 543/2023, de autoria do Senhor Deputado Amélio Cayres, que “declara de Utilidade Pública da Rotary Club de Augustinópolis”, o qual votado, foi aprovado e encaminhado à Secretaria para extração de autógrafa. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às doze horas e dois minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário *Presidente* *2º Secretário*

**10ª Legislatura, 2ª Sessão Legislativa
13 de março de 2024**

Ata da Vigésima Terceira Sessão Extraordinária

Às dezoito horas e cinco minutos do dia treze do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Extraordinária, presidida pelo Senhor Deputado Ivory de Lira, secretariado pelos Senhores Deputados Vilmar de Oliveira, Primeiro-Secretário e Marcus Marcelo, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocaninense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Eduardo Mantoan, Fabion Gomes, Gutierrez Torquato, Ivory de Lira, Jair Farias, Jorge Frederico, Léo Barbosa, Luciano Oliveira, Marcus Marcelo, Moiseimar Marinho, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira e da Senhora Deputada Cláudia Lelis. Estavam ausentes os Senhores Deputados Eduardo Fortes, Gipão, Nilton Franco, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Wiston Gomes e a Senhora Deputada Professora Janad Valcari. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, com aquiescência do Plenário, transferiu a deliberação das Atas das Sessões anteriores para a Sessão subsequente. Não havendo Expedientes a serem lidos, Matérias à apresentar, nem oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à deliberação da Ordem do Dia. Foram anunciados, em segunda fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 1/2024, de conversão, originário da Medida Provisória número 3/2024, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “altera a Lei número 3.421, de 8 de março de 2019, que dispõe sobre a organização da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual, e adota outras providências”; 18/2023, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera a Lei Estadual número 3.905, de 1º de abril de 2022, que dispõe sobre a autorização à alienação dos lotes dos Projetos Públicos de Irrigação - PPIs que especifica e adota outras providências”; 24/2023, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Wanderlândia a gleba de terra que especifica e adota outras providências”; 3/2024, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “autoriza a doação para habitação de interesse social, dos bens imóveis que especifica, e adota outras providências”; 541/2024, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior, que “dispõe sobre a estadualização da estrada vicinal, que liga o município de Paranã-TO à divisa com o Estado de Goiás e dá outras providências”; os quais votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para extração de autógrafa. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezoito horas e quinze minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário *Presidente* *2º Secretário*

ATOS ADMINISTRATIVOS

Decretos Administrativos

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 519/2024

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 343, de 8 de maio de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR Marcus Goncalves da Silva, matrícula 8811, do cargo em comissão de Secretário Parlamentar - SP-13, do Gabinete da Deputada Vanda Monteiro, retroativamente ao dia 10 de maio de 2024.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 15 dias do mês de maio de 2024.

Deputado AMÉLIO CAYRES
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 520/2024

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 343, de 8 de maio de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR Celi Andre Teixeira para o cargo em comissão de Secretário Parlamentar - SP-13, no Gabinete da Deputada Vanda Monteiro, retroativamente ao dia 10 de maio de 2024.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 15 dias do mês de maio de 2024.

Deputado AMÉLIO CAYRES
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 521/2024

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Lei nº 4.209, de 2023, alterada pela Lei nº 4.250, de 22 de novembro de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR Creodemar da Silva Santos, matrícula 4329, do cargo em comissão de Secretário Parlamentar - SP-9, do Gabinete do Deputado Marcus Marcelo, a partir de 15 de maio de 2024.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 15 dias do mês de maio de 2024.

Deputado AMÉLIO CAYRES
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 522/2024

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Lei nº 4.209, de 2023, alterada pela Lei nº 4.250, de 22 de novembro de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR Luiz Evair Lenharo para o cargo em comissão de Secretário Parlamentar - SP-2, no Gabinete da Deputada Claudia Lelis, a partir de 15 de maio de 2024.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 15 dias do mês de maio de 2024.

Deputado AMÉLIO CAYRES
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 523/2024

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Lei nº 4.209, de 2023, alterada pela Lei nº 4.250, de 22 de novembro de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR Pedro Alves da Silva, matrícula 16608, do cargo em comissão de Ajudante de Secretário Pleno, do Gabinete da 3º Secretaria, a partir de 15 de maio de 2024.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 15 dias do mês de maio de 2024.

Deputado AMÉLIO CAYRES
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 524/2024

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Lei nº 4.209, de 2023, alterada pela Lei nº 4.250, de 22 de novembro de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR Creodemar da Silva Santos, no cargo em comissão de Ajudante de Secretário Pleno, no Gabinete da 3º Secretaria, a partir de 15 de maio de 2024.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 15 dias do mês de maio de 2024.

Deputado AMÉLIO CAYRES
Presidente



DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 525/2024

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º, da Lei nº 4.209, de 2023, alterada pela Lei nº 4.250, de 22 de novembro de 2023, e com fulcro no art. 40, § 19, da Constituição Federal e art. 87, II, da Lei Complementar nº 150, de 20 de dezembro de 2023, e

Considerando o Ato da Presidência Ad Referendum da Mesa Diretora nº 001, de 19 de janeiro de 2023, publicado no Diário da Assembleia nº 3491, de 23 de janeiro de 2023;

Considerando a Revisão de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição concedida à servidora Mailde Santana da Silva, constante do Processo nº 2023.04.204709R3, do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins - IGEPREV,

RESOLVE:

Art. 1º RETIFICAR o Decreto Administrativo nº 810, de 24 de junho de 2021, publicado no Diário da Assembleia nº 3.181, de 6 de julho de 2021; que retificou o Decreto Administrativo nº 1.360, de 27 de novembro de 2018, publicado no Diário da Assembleia nº 2.712, de 6 de dezembro de 2018; que alterou o Decreto Administrativo nº 562, de 2 de maio de 2018, publicado no Diário da Assembleia nº 2.608, de 14 de maio de 2018, que concedeu Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição à servidora Mailde Santana da Silva Veloso, para considerá-la reenquadrada no cargo de Agente Legislativo - Serviço Operacional, Classe "I", Padrão "49".

Art. 2º Revogar o Decreto Administrativo nº 1.393, de 6 de dezembro de 2022, publicado no Diário da Assembleia nº 3.480, de 04 de janeiro de 2023.

Art. 3º Este Decreto Administrativo entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2022.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 15 dias do mês de maio de 2024.

Deputado AMÉLIO CAYRES
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 526/2024

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º, da Lei nº 4.209, de 2023, alterada pela Lei nº 4.250, de 22 de novembro de 2023, e com fulcro no art. 40, § 19, da Constituição Federal e art. 87, II, da Lei Complementar nº 150, de 20 de dezembro de 2023,

Considerando o Ato da Presidência Ad Referendum da Mesa Diretora nº 001, de 19 de janeiro de 2023, publicado no Diário da Assembleia nº 3491, de 23 de janeiro de 2023;

Considerando o Parecer Jurídico nº 013/2024-GAB-SPGA/PJA, de 04 de março de 2024, e

Considerando a Revisão de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição concedida a servidora Dalvina Ribeiro Zumbra, constante do Processo nº 2023.04.204663R3, do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins - IGEPREV,

RESOLVE:

Art. 1º RETIFICAR o Decreto Administrativo nº 796, de 24 de junho de 2021, publicado no Diário da Assembleia nº 3.181, de 6 de julho de 2021, que retificou o Decreto Administrativo nº 1.363, de 27 de novembro de 2018, publicado no Diário da Assembleia nº 2712, de 6 de dezembro de 2018; que alterou o Decreto Administrativo nº 565, de 2 de maio de 2018, publicado no Diário da Assembleia nº 2.608, de 14 de maio de 2018, que concedeu Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição à servidora Dalvina Zibeiro Zumbra, para considerá-la reenquadrada no cargo de Agente Legislativo - Serviço Operacional, Classe "I", Padrão "49".

Art. 2º Revogar o Decreto Administrativo nº 1.344, de 23 de novembro de 2022, publicado no Diário da Assembleia nº 3.480, de 04 de janeiro de 2023.

Art. 3º Este Decreto Administrativo entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2022.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 15 dias do mês de maio de 2024.

Deputado AMÉLIO CAYRES
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 527/2024

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º, da Lei nº 4.209, de 2023, alterada pela Lei nº 4.250, de 22 de novembro de 2023, e com fulcro no art. 40, § 19, da Constituição Federal e art. 87, II, da Lei Complementar nº 150, de 20 de dezembro de 2023,

Considerando o Ato da Presidência Ad Referendum da Mesa Diretora nº 001, de 19 de janeiro de 2023, publicado no Diário da Assembleia nº 3491, de 23 de janeiro de 2023, e

Considerando a Revisão de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição concedida a servidora Maria Selene Rocha Miranda, constante do Processo nº 2023.04.204716R3, do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins - IGEPREV,

RESOLVE:

Art. 1º RETIFICAR o Decreto Administrativo nº 808, de 24 de junho de 2021, publicado no Diário da Assembleia nº 3.181, de 6 de julho de 2021; que retificou o Decreto Administrativo nº 1.364, de 27 de novembro de 2018, publicado no Diário da Assembleia nº 2.712, de 6 de dezembro de 2018; que alterou o Decreto Administrativo nº 575, de 9 de maio de 2018, publicado no Diário da Assembleia nº 2.608, de 14 de maio de 2018, que concedeu Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição à servidora Maria Selene Rocha Miranda, para considerá-la reenquadrada no cargo de Agente Legislativo - Telefonia, Classe "I", Padrão "51".

Art. 2º Revogar o Decreto Administrativo nº 1.413, de 12 de dezembro de 2022, publicado no Diário da Assembleia nº 3.480, de 04 de janeiro de 2023.

Art. 3º Este Decreto Administrativo entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2022.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 15 dias do mês de maio de 2024.

Deputado AMÉLIO CAYRES
Presidente

Portarias da Presidência

PORTARIA Nº 026/2024 - P

Dispõe sobre a Declaração de Inexigibilidade de Licitação em atendimento aos interesses da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins.

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, em conformidade com o art. 28 do Regimento Interno (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997) e em consonância com o art. 3º da Lei Estadual nº 4.209, de 11 de agosto de 2023, e ainda com fulcro na Lei Federal nº 14.133/2021.

Considerando que o artigo 74 e 75 - IX da Lei nº 14.133/2021 dispõe sobre os casos de inexigibilidade e dispensa de licitação, para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integrem a Administração Pública e que tenham sido criados para esse fim específico, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado, em especial nos casos de monopólio dos serviços da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e é protegido pela Lei Federal nº 6.538, de 22 de junho de 1978 que dispõe sobre os Serviços Postais;

Considerando o disposto na Solicitação de Material e Serviços (fl. 02) dos autos, pela qual a Diretora de Comunicação Administrativa - COCAD, solicita a contratação de empresa especializada na prestação de serviços e fornecimento de produtos postais, para atender as necessidades desta Casa de Leis;

Considerando o disposto no Despacho de Justificativa, (fls. 59/60), da Diretoria de Compras, Material e Patrimônio - DCOMP, que motiva a necessidade da contratação direta da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos encontra-se devidamente inscrita no CNPJ nº 34.028.316/7883-47, pelas razões elencadas da mesma;

Considerando que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Empresa Pública constituída nos termos do Decreto-Lei nº 509/1969, detém o monopólio dos serviços ora contratados, por ordem do disposto no art. 21, inciso X, da Constituição Federal;

Considerando ainda, o parecer Jurídico nº 00033/2024-GAB-PGA/PJA/AL-TO, fls. 93 a 101, lavrado pela Subprocuradora da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, externando a possibilidade da contratação da empresa citada, com fundamento no artigo 72-III, da Lei Federal nº 14.133/2021;

Considerando ainda, que em atendimento à supra aludida norma legal, esclarecemos que a escolha da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, CNPJ nº 34.028.316/7883-47, não foi contingencial, e atendeu aos requisitos exigidos pela Diretora de Comunicação Administrativa - COCAD.

RESOLVE:

Art. 1º Declarar inexigível o Processo Licitatório para a Contratação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, devidamente inscrita no CNPJ nº 34.028.316/7883-47, através do Processo De Inexigibilidade de Licitação nº 050/2024, visando o atendimento das necessidades da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins.

Art. 2º Os encargos deste ato correrão por conta da dotação orçamentária do Programa de Trabalho 01.031.1141.2183 - Coordenação e manutenção dos Serviços Administrativos, Natureza 3.3.90.39 - Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica, Fonte: 500-Recursos não vinculados de impostos, Unidade Orçamentária 01010 - Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 15 dias mês de maio de 2024.

Deputado AMÉLIO CAYRES
Presidente

Portarias da Diretoria-Geral

PORTARIA Nº 351/2024 - DG

O Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto no art. 101, IX, da Resolução nº 343, de 8 de maio de 2019 e em consonância com o art. 3º do Ato da Mesa Diretora nº 7, de 28 de novembro de 2019, publicado no Diário da Assembleia nº 2924, alterado pelo Art. 1º do Ato da Mesa Diretora nº 7 de 21/12/2021,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR os níveis de remuneração dos servidores abaixo relacionados, do Gabinete da Deputada Vanda Monteiro, a partir de 15 de maio de 2024:

- Joanna Karitha Pimentel Mignoni, matrícula 13795, de SP-1 para SP-10;

- Luciano Jose de Oliveira, matrícula 13773, de SP-1 para SP-3;

- Rogerio Santos de Oliveira, matrícula 16988, de SP-1 para SP-3;

- Wederson Ramos de Oliveira, matrícula 13792, de SP-1 para SP-4.

Diretoria-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 15 dias do mês de maio de 2024.

IRISFRAN DE SOUSA PEREIRA
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 356/2024 - DG

O Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto no art. 116, IX, da Lei nº 4.209, de 2023, alterada pela Lei nº 4.250, de 22 de novembro de 2023, e em consonância com o art. 3º do Ato da Mesa Diretora nº 7, de 28 de novembro de 2019, publicado no Diário da Assembleia nº 2924, alterado pelo Art. 1º do Ato da Mesa Diretora nº 7 de 21 de dezembro de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR os níveis de remuneração dos servidores abaixo relacionados, do Gabinete do Deputado Marcus Marcelo, a partir de 15 de maio de 2024:

- João Victor Santos da Cruz, matrícula 16603, de SP-2 para SP-9;
- Lindaurea dos Santos Dourado, matrícula 17056, de SP-4 para SP-9;
- Maria de Fátima dos Santos, matrícula 6977, de SP-8 para SP-13.

Diretoria-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 15 dias do mês de maio de 2024.

IRISFRAN DE SOUSA PEREIRA
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 357/2024 - DG

O Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto no art. 101, IX, da Resolução nº 343, de 8 de maio de 2019 e em consonância com o art. 3º do Ato da Mesa Diretora nº 7, de 28 de novembro de 2019, publicado no Diário da Assembleia nº 2924, alterado pelo Art. 1º do Ato da Mesa Diretora nº 7 de 21/12/2021,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR o nível de remuneração do(a) servidor(a) Nilva Tavares de Miranda Babugen, matrícula 6607, de SP-6 para SP-13, do Gabinete do Deputado Marcus Marcelo, retroativamente ao dia 8 de maio de 2024.

Diretoria-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 15 dias do mês de maio de 2024.

IRISFRAN DE SOUSA PEREIRA
Diretor-Geral

Demais Atos Administrativos

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 023/2023

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO: Nº 023/2023.

PROCESSO: Nº 096/2024 oriundo do processo nº 158/2023.

CONTRATANTE: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS.

CONTRATADA: AURA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ Nº 43.412.823/0001-37.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência prevista na CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, constante do Contrato Nº 023/2023.

VALOR: O valor estimado anual da contratação, constante da Cláusula Quarta do Contrato originário, continuará em R\$ 1.598.593,92 (um milhão, quinhentos e noventa e oito mil, quinhentos e noventa e três reais e noventa e dois centavos), para os próximos 12 (doze) meses, a partir de 1º de junho de 2024.

VIGÊNCIA: A vigência prevista no item 13.1 da Cláusula Décima Terceira do Contrato originário, fica prorrogada por mais 12 (doze) meses, com início em 01/06/2024 e término em 31/05/2025, perfazendo um total de 24 (vinte e quatro) dos 48 (quarenta e oito) meses previstos.

FUNDAMENTAÇÃO: O presente Termo Aditivo está fundamentado no Art. 57-II da Lei 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA: 15 de maio de 2024.

SIGNATÁRIO: Deputado Amélio Cayres – Presidente ALETO. Rui Lucas Franco - Sócio da Empresa AURA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

